Radar da CNseg mostra que apenas 13,1% dos prejuízos provocados por desastres climáticos, excluindo a seca, estavam cobertos por seguros em 2025; estiagem concentra 93% das perdas

Os eventos climáticos provocaram R$ 51,9 bilhões em prejuízos econômicos no Brasil apenas no primeiro semestre de 2026, superando os R$ 46,7 bilhões registrados durante todo o ano passado. Em comparação com o mesmo período de 2025, quando haviam sido identificados dez eventos e perdas estimadas em R$ 31 bilhões, o aumento foi de aproximadamente 67%.

> O documento está disponível neste link

Além do crescimento dos danos, os números expõem um desafio para a agenda de adaptação climática do país, já que a maior parte das perdas continua sendo absorvida diretamente por produtores rurais, famílias, empresas e governos, sem mecanismos de proteção financeira capazes de reduzir seus impactos.

O diagnóstico integra a nova edição do Radar de Eventos Climáticos e Seguros no Brasil, elaborado pela Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) e anunciado durante a COP31, em Antalya, Turquia. O levantamento identificou 24 eventos climáticos significativos entre janeiro e junho de 2026 e aponta que a exposição aos riscos ambientais não tem sido acompanhada pela ampliação da cobertura securitária.

Em 2025, apenas 13,1% dos prejuízos econômicos provocados por desastres climáticos, desconsiderando a seca, estavam protegidos por seguros no Brasil. O percentual é inferior aos 23% observados na América Latina e aos 51% registrados mundialmente. A diferença evidencia uma lacuna de proteção que compromete a recuperação econômica após eventos extremos e amplia a necessidade de recursos próprios e públicos para reconstrução.

O cenário também apresenta desigualdades regionais. O Sul registrou o maior nível de cobertura securitária em 2025, com 18% das perdas econômicas protegidas, 4,9 pontos percentuais acima da média nacional. No Nordeste, o percentual foi de 11,9%, seguido pelo Sudeste, com 9,2%, e pelo Norte, onde somente 0,1% dos prejuízos estava coberto. Os indicadores desconsideram os eventos de seca.

Seca concentra perdas

A estiagem prolongada é o principal risco climático identificado pelo Radar. Entre janeiro de 2025 e junho de 2026, foram registrados 65 eventos significativos, com perdas econômicas estimadas em R$ 98,6 bilhões. Desse total, 93% decorreram da seca, que afeta principalmente a agropecuária e compromete a produção, a renda e a estabilidade econômica em diferentes regiões.

Apesar da dimensão dos prejuízos, apenas 0,6% das perdas causadas pela seca foram indenizadas no período. A cobertura, que já era reduzida em 2025, quando alcançou 0,8%, caiu para 0,4% no primeiro semestre de 2026.

O descompasso é particularmente evidente no campo. As perdas por seca triplicaram, passando de aproximadamente R$ 14 bilhões em 2024 para R$ 42,1 bilhões em 2025. No mesmo intervalo, as indenizações por eventos climáticos no seguro rural recuaram cerca de 60%, enquanto a proporção da área de grãos segurada caiu de 6% para 3%.

A combinação entre maior exposição climática e menor cobertura amplia a vulnerabilidade financeira dos produtores. O levantamento aponta a importância de uma política de subvenção ao seguro rural com recursos previsíveis, além de maior integração entre seguro, crédito rural e mercado de capitais, como instrumentos para fortalecer a resiliência da atividade.

No Nordeste, os efeitos da seca ultrapassam a agropecuária e atingem diretamente as contas públicas, especialmente pelas despesas relacionadas ao abastecimento de água. Segundo o Radar, a região é a única do país onde a estiagem provoca prejuízos diretos relevantes ao setor público. Entre 2025 e junho de 2026, as perdas econômicas decorrentes da seca na região somaram aproximadamente R$ 18,7 bilhões.

O cenário evidencia a necessidade de preparar financeiramente estados e municípios para responder a eventos extremos sem comprometer serviços essenciais. Mecanismos de proteção financeira podem contribuir para reduzir a dependência de recursos emergenciais, dar maior previsibilidade aos orçamentos e acelerar a recuperação das comunidades atingidas.

A preocupação ganha relevância diante das projeções para 2026 e 2027. Os cenários considerados pelo Radar indicam a possibilidade de um El Niño excepcionalmente intenso, com potencial para agravar a estiagem no Norte e Nordeste e intensificar chuvas no Sul e em partes do Sudeste. Até 2030, cerca de 70% dos municípios brasileiros expostos à seca poderão enfrentar alto risco de estresse hídrico.

Embora as grandes catástrofes concentrem a atenção pelos danos humanos e econômicos, o Radar identifica outra tendência: eventos climáticos de menor intensidade, mas recorrentes, também estão ampliando os prejuízos nas áreas urbanas.

Em 2025, mesmo sem uma catástrofe de dimensão semelhante às enchentes do Rio Grande do Sul em 2024, as indenizações climáticas cresceram cerca de 50% no seguro patrimonial e 30% no automóvel, desconsiderando os efeitos do desastre gaúcho na comparação. O movimento reforça a importância de investimentos em drenagem, planejamento territorial, infraestrutura resiliente e proteção financeira.

Entre janeiro de 2025 e junho de 2026, as seguradoras participantes do Radar pagaram aproximadamente R$ 1,4 bilhão em indenizações relacionadas a eventos climáticos. A experiência das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul demonstra a capacidade de resposta do setor: foram mais de 57 mil sinistros e cerca de R$ 6 bilhões pagos. Ainda assim, somente 17% dos prejuízos econômicos estavam cobertos por seguros.

Os resultados do Radar reforçam que a adaptação às mudanças climáticas envolve não apenas reduzir a exposição aos eventos extremos, mas também desenvolver condições financeiras para absorver perdas e acelerar a recuperação dos territórios. Entre as oportunidades identificadas pela CNseg estão a estruturação de uma Estratégia Nacional de Proteção Financeira e Securitária contra Catástrofes, o compartilhamento de riscos entre diferentes agentes econômicos e a ampliação dos microsseguros e seguros inclusivos, especialmente para populações de baixa renda.

O estudo também destaca a necessidade de aprimorar as bases de dados sobre danos climáticos, permitindo avaliações mais precisas sobre a exposição de municípios, empresas e comunidades. A integração entre prevenção, planejamento e instrumentos de transferência de riscos é apontada como um caminho para fortalecer a resiliência econômica e reduzir a vulnerabilidade do país diante das mudanças climáticas.

O Radar de Eventos Climáticos e Seguros no Brasil integra o Hub de Inteligência Climática da CNseg, lançado durante a COP30, em 2025. A iniciativa reúne informações de bases públicas, estudos técnicos e dados do mercado segurador para acompanhar os impactos econômicos e humanos dos eventos climáticos, identificar lacunas de proteção financeira e contribuir para estratégias de adaptação e resiliência.

Fonte: CNseg, em 09.11.2026.